



Conselho de Ética e CPI da Petrobras iniciam atividades

Denúncias apresentadas contra o presidente do Senado, José Sarney, serão analisadas a partir desta terça-feira pelo Conselho

de Ética. Também começa a trabalhar a CPI destinada a apurar irregularidades na gestão da Petrobras.

páginas 2 e 8

Senado prepara-se para examinar mudanças nas regras das eleições

Veja encarte especial de quatro páginas sobre as novas regras para as eleições de 2010, que devem ser aprovadas pelo Senado até setembro deste ano. Um dos pontos polêmicos atinge a internet, território virtual avesso a normas. Proposta aprovada pela Câmara proíbe propaganda paga na rede mundial de computadores.

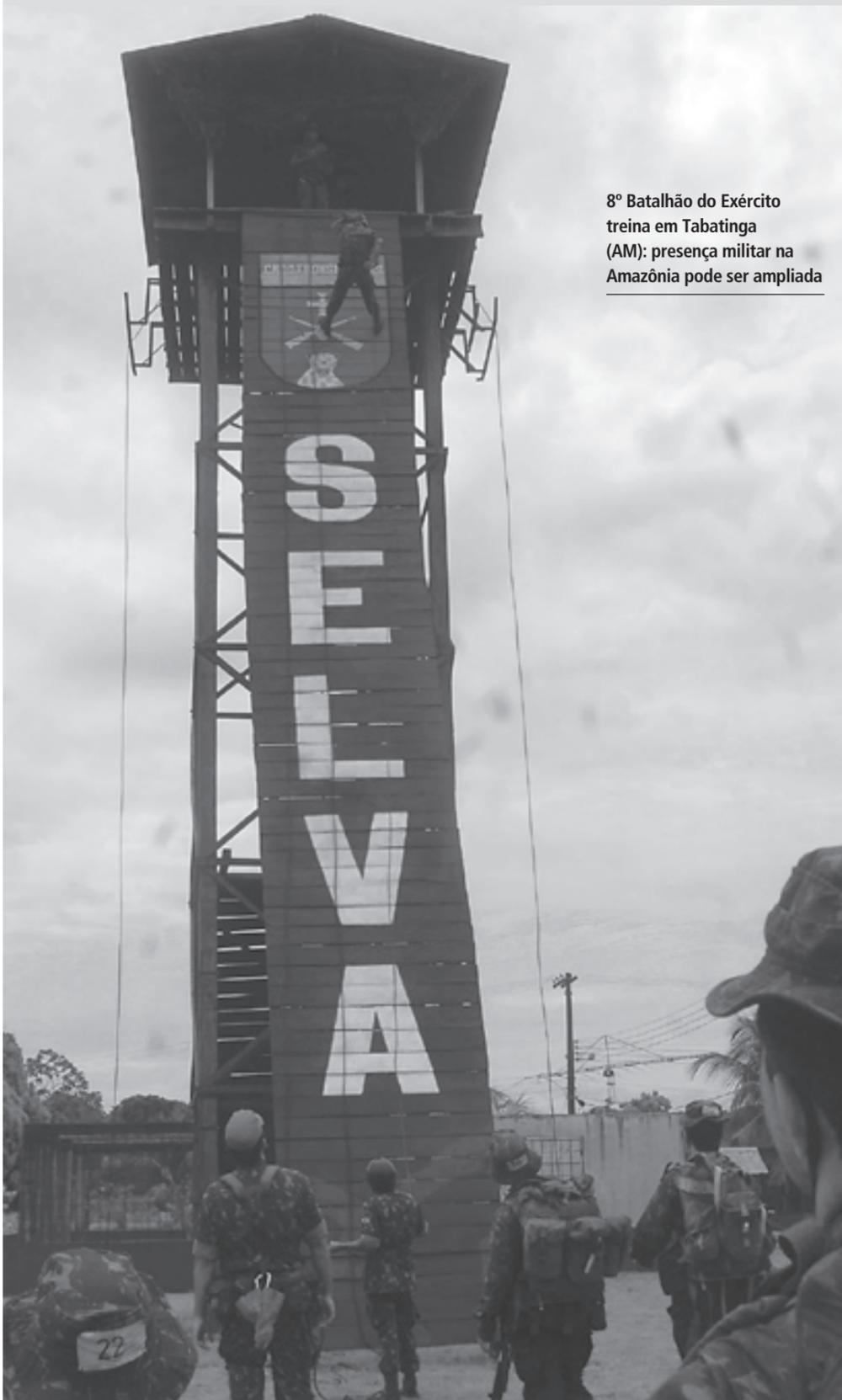


Encarte especial

Plano de defesa nacional chega ao Congresso este mês

Reorganização das Forças Armadas, incentivo à indústria bélica e ampliação da presença militar na Amazônia são objetivos da proposta do Executivo.

páginas 6 e 7



8º Batalhão do Exército treina em Tabatinga (AM): presença militar na Amazônia pode ser ampliada

PEC da responsabilidade social pode ser votada em Plenário

página 3

Um Código de Processo Penal mais ágil e justo

páginas 4 e 5

FGV deve apresentar relatório

página 9

e mais...

| | |
|---------------------|----|
| ambiente legal | 3 |
| agora é lei | 3 |
| voz do leitor | 11 |
| frases | 11 |
| pergunte ao senador | 11 |

cidadania

Cuidar de idosos exige qualificação

Apesar da possibilidade de contratação formal por famílias e asilos, os cuidadores de idosos ainda não têm direitos específicos fixados, como piso salarial e jornada. Além disso, há poucos cursos de capacitação disponíveis.

página 12



Confira em www.senado.gov.br/jornal a nova página do **Jornal do Senado** na internet. Com menus simplificados e reorganizados, o *site* ganha visual mais moderno e tem navegação facilitada.



agenda

Senado busca saída para limpar a pauta de votações

Denúncias contra José Sarney e a CPI da Petrobras acirram ânimos e podem atrapalhar deliberações na volta do recesso parlamentar

O Senado retoma as atividades nesta segunda-feira ainda pautado pela crise que se abateu sobre a instituição. O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar deve se reunir nesta terça-feira para começar a deliberar sobre os 11 pedidos de investigação contra o presidente da Casa, José Sarney, apresentados até a última quarta-feira (veja página 8). Das cinco representações, três são do PSDB, o que desencadeou ofensiva do PMDB para que o conselho também investigue o líder daquele partido no Senado, Arthur Virgílio (AM).

Nesse clima de tensão e embate entre os partidos, os líderes tentarão definir uma listagem mínima de votações para esta e as próximas semanas. A primeira sessão deliberativa do Plenário está marcada para a terça-feira com pauta que inclui projeto de lei complementar do senador Demostenes Torres (DEM-GO) que

permite a abertura de dados cadastrais e quebra de sigilo bancário para auxiliar em investigações criminais (veja página 3).

Nas comissões, há projetos que interessam não só ao governo, como também à oposição.

Exemplo disso é a iniciativa que recria a Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), incluída na pauta desta semana na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Concebida como autarquia vinculada ao Ministério da Previdência, para fiscalizar e supervisionar os 372 fundos fechados de previdência complementar – responsáveis por administrar ativos de R\$ 442 bilhões, conforme relatório do senador Romero Jucá (PMDB-RR) –, a Previc chegou a funcionar por cinco meses em 2004. Mas

CPI da Petrobras inicia os trabalhos quinta-feira

foi desativada depois que o prazo de validade da Medida Provisória 233/04 expirou sem ser examinada pelo Senado, como reação da oposição à criação de mais cargos públicos e ao excesso de MPs.

A capacidade de negociação entre governo e oposição será medida na CPI da Petrobras, que deve iniciar seus trabalhos nesta quinta-feira. Apontada como um dos principais assuntos da agenda do Senado nesse segundo semestre, a CPI deve cuidar não só das denúncias que envolvem operações da estatal, encaminhadas pela oposição. O PT se dispõe a trazer para o debate questões positivas sobre a atuação da Petrobras, como a exploração e produção de petróleo na camada pré-sal.

O governo pretende enviar

neste mês o marco regulatório do pré-sal, inclusive com a criação de nova estatal que administraria essas reservas petrolíferas em nome da União, na forma de dois ou três projetos de lei com urgência constitucional, como adiantou o ministro de Minas e Energia (e senador licenciado), Edison Lobão. Isso asseguraria o prazo de 90 dias para votação dos projetos nas duas Casas do Congresso.

O Senado também terá de examinar com rapidez o projeto da reforma eleitoral, que regulamenta as campanhas dos candidatos pela internet, prevê a impressão de votos da urna eletrônica a partir de 2014 e flexibiliza regras para gastos, doações e sobras de campanha. Para que possam valer já no ano que vem, as novas regras devem ser aprovadas pelo Congresso e sancionadas pelo presidente da República até um ano antes do pleito, que ocorre

em outubro de 2010 (veja *Encarte Especial* nesta edição).

Apesar de o governo já acenar com previsões otimistas de recuperação da economia neste segundo semestre, continua sem definir se dará prioridade à reforma tributária enquanto perdurar o cenário de crise financeira internacional e de queda na arrecadação. O projeto estacionou na Câmara, mas a oposição quer insistir na sua votação.

Os oposicionistas também querem colocar um freio nos gastos do governo, especialmente em ano eleitoral. As diretrizes aprovadas para a montagem do Orçamento do próximo ano asseguram, por exemplo, margem para o governo ampliar seus gastos com obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), considerado a principal plataforma da provável candidata do governo à sucessão de Lula, a ministra Dilma Rousseff.



Arthur Virgílio (E), líder do PSDB, Renan Calheiros, do PMDB, e Romero Jucá, do governo no Senado: capacidade de negociação entre governo e oposição será medida nesta semana no Conselho de Ética e na CPI da Petrobras

GERALDO MAGELA

comissões

Terça-feira

9h30 – AGRICULTURA

Produtor rural – A comissão analisa projeto que altera a legislação relativa a parâmetros, índices e indicadores de produtividade. Logo após, debate o PLS 325/06, que cria o Estatuto do Produtor Rural, com representante da Confederação da Agricultura e Pecuária (CNA), Leônicio de Souza Brito Filho; e os professores da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Denis Rosenfeld, e da PUC-MG, Fernando Humberto dos Santos.

10h – ASSUNTOS ECONÔMICOS

Embraer – A CAE debate a instabilidade econômico-financeira por que tem passado a Embraer com os ministros do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Miguel Jorge, e da Defesa, Nelson Jobim; e os presidentes da Embraer, Frederico Fleury Curado, e do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos e Região, Vivaldo Moreira Araújo.

11h – EDUCAÇÃO

Hino – Entre os projetos a serem votados, consta o que obriga a execução semanal do Hino Nacional nos estabelecimentos de ensino fundamental. A primeira proposta a ser analisada, em decisão terminativa, tem autoria conjunta dos senadores Cristovam Buarque (PT-DF), Marisa Serrano (PSDB-MS) e

Augusto Botelho (PT-RR) e institui o regime de dedicação exclusiva para os profissionais da educação básica.

11h30 – MEIO AMBIENTE

Audiências – Os senadores votam inicialmente pedidos de realização de debates sobre, entre outros, projeto que determina que os rótulos de embalagens de alimentos devem identificar percentual da composição nutricional por meio de uma escala de cores; sobre denúncias de importação pelo Brasil de contêineres de lixo de países europeus e denúncia de que o país perdeu o controle sobre a participação de transgênicos na cadeia produtiva dos alimentos. A pauta inclui ainda projeto determinando que os rótulos de refrigerantes, xaropes, preparados sólidos ou líquidos para refresco ou refrigerante e de sucos com adição de açúcar especifiquem o teor calórico e tragam a seguinte advertência: “O consumo abusivo deste produto pode causar obesidade infantil, levando a graves doenças como diabetes, pressão alta e cardiopatias, com aumento do risco de infarto e de derrames”.

Quarta-feira

8h30 – CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Prisão – Na pauta, projeto que altera o Código Penal para determinar que aqueles que levarem telefones, rádios e similares para dentro de presídios

ficarão sujeitos a pena de prisão de dois a cinco anos. Se a pessoa que cometer o crime for funcionário público, a pena é aumentada em um terço.

10h – CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Terras indígenas – Com 42 itens na pauta, a CCJ analisa a PEC que atribui competência privativa ao Senado para aprovar processo sobre demarcação de terras indígenas. Outra PEC veda, por dez anos, quaisquer limitações à execução das dotações orçamentárias destinadas ao reaparelhamento e modernização e à pesquisa e desenvolvimento tecnológico das Forças Armadas.

10h – EDUCAÇÃO

Diploma – Debate sobre projeto que trata da revalidação de diplomas expedidos por universidades estrangeiras. Foram convidados, entre outros, o coordenador-geral de Legislação e Normas da Educação Superior do Ministério da Educação, Samuel Martins Feliciano; o presidente da Associação Brasileira de Mantenedoras do Ensino Superior, Gabriel Mário Rodrigues; e a vice-presidente da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior, Ana Dayse Rezende Dorea.

10h – ASSUNTOS ECONÔMICOS

Juros – Os senadores ouvem o presidente do Banco Central, Henrique

Meirelles, sobre a política de juros.

11h – ASSUNTOS SOCIAIS

Creches – O primeiro item da pauta da comissão é o projeto que assegura o direito ao empregado de escolher a instituição financeira e a agência em que os empregadores depositarão sua remuneração. A comissão analisa ainda projeto que torna obrigatória a construção de creches nos conjuntos habitacionais destinados à população de baixa renda financiados por recursos públicos.

Quinta-feira

8h30 – INFRAESTRUTURA

Saneamento – A CI analisa dois projetos na área de saneamento básico. O primeiro visa incentivar a economia no consumo de água e o segundo prevê que os planos de saneamento básico deverão incluir medidas para reduzir a velocidade de escoamento de águas pluviais em áreas urbanas com alto coeficiente de impermeabilização do solo e dificuldade de drenagem.

10h – CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Privatização – Audiência pública sobre projeto que exclui as empresas Ceron da Eletroacre, Ceal, Ceam e Cepisa da autorização genérica para a privatização. Foram convidados os ministros de Minas e Energia, Edison Lobão; do Desenvolvimento, Indústria e Comér-

cio Exterior e presidente do Conselho Nacional de Desestatização, Miguel João Jorge Filho; e os presidentes da Eletrobrás, José Antonio Muniz Lopes, e da Federação Nacional dos Urbanitários, Franklin Moreira Gonçalves.

plenário

Segunda-feira

14h – Sessão não deliberativa

Terça-feira

14h – Sessão deliberativa
Ordem social – Na pauta, cinco propostas de emenda à Constituição. Entre elas está a PEC 7/08, determinando que os objetivos da ordem social – de bem-estar e justiça social – serão avaliados por meio de indicadores de responsabilidade social, a serem estabelecidos em lei complementar.

Quarta e quinta-feira

14h – Sessão deliberativa

Sexta-feira

9h – Sessão não deliberativa

agenda



Assentamento no Distrito Federal sem infraestrutura: índices de responsabilidade social podem ser adotados pelo governo

Constituição deve prever responsabilidade social

Proposta da senadora Lúcia Vânia que institui formas de avaliar justiça e bem-estar social é primeiro item a ser votado pelo Senado em agosto

A proposta de emenda à Constituição que institui indicadores de responsabilidade social, com o objetivo de avaliar condições sociais do país, está pronta para votação final no Senado nesta terça-feira.

A PEC 29/03, da senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), dá nova redação ao artigo 193 da Constituição, que trata da ordem social, estabelecendo que a ordem social tenha como base o primado do trabalho e, como objetivos, o bem-estar e

a justiça sociais, a serem avaliados por meio de indicadores de responsabilidade social fixados em lei.

Lúcia Vânia entende que é necessário aprimorar instrumentos legais que deem efetiva aplicação aos objetivos da ordem social. Relator na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), Tasso Jereissati (PSDB-CE) observou que a PEC é um passo inicial para uma Lei de Responsabilidade Social, capaz de instituir um índice de avaliação, a

ser observado por União, estados e municípios.

– Ao lado da investigação do adequado cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal, é preciso avançar na busca da eficácia da gestão do dinheiro público, estabelecendo metas para a superação das desigualdades econômicas e sociais e para a melhoria das condições de vida das pessoas, especialmente as de menor poder aquisitivo – disse Jereissati.

Dados bancários à disposição de investigação criminal

Os senadores devem votar nesta terça-feira, às 14h, projeto já aprovado na CCJ que permite a abertura de dados cadastrais e bancários para investigação criminal (PLS 140/07). O autor, Demostenes Torres (DEM-GO), argumenta que a quebra de sigilo desses dados não fere a intimidade do investigado. “A proteção dessas informações, hoje, só serve para atrasar o trabalho investigativo da polícia e do Ministério Público, atolar mais o Judiciário e dar tempo para os criminosos garantirem o produto e o proveito do crime”, justifica.

Meirelles presta esclarecimentos na CAE sobre política de juros

O presidente do Banco Central (BC), Henrique Meirelles, prestará esclarecimentos sobre a execução da política de juros à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) nesta quarta-feira, às 10 horas. A audiência atende ao previsto em resolução do Senado (RSF 32/07) que determina o comparecimento trimestral do presidente do BC perante a comissão. No dia 22, o Comitê de Política Monetária (Copom) anunciou uma redução de 0,50 ponto percentual na Selic, a taxa básica de juros do país.

agora é lei

Mototaxista e motoboy têm profissões regulamentadas

O presidente Lula sancionou na quarta-feira projeto de lei (PLS 203/01) do ex-senador Mauro Miranda que regula as profissões de mototaxista e motoboy.

A Lei 12.009/09 determina para o exercício das profissões a idade mínima de 21 anos completos do condutor, dois anos de experiência em condução de motocicleta, além de habilitação em curso especializado, a ser regulamentado pelo Conselho Nacional de Trânsito (Contran).

O Contran também será responsável por fiscalizar as normas de segurança definidas pela lei, como o uso de colete com refletores. O prazo para que sejam feitas essas adequações e cumpridas as exigências da lei é de 365 dias. Quem infringir as normas de

segurança estará sujeito às infrações previstas no Código de Trânsito Brasileiro.

Ainda de acordo com a nova lei, serão exigidos do motovigia – descrito como profissional de serviço comunitário de rua – carteira de identidade, título de eleitor, CPF, atestado de residência, certidões negativas das varas criminais e identificação da motocicleta utilizada em serviço.

O projeto, aprovado pelo Senado antes do recesso, foi sancionado, mas as atribuições do serviço de motovigia foram vetadas. O motivo foi que, por ser o motovigia uma modalidade de serviço de segurança privada, a matéria deveria prever mecanismos de controle e fiscalização, determinando o registro dos profissionais e cursos necessários à sua capacitação.

Prazo para adequação das profissões à nova lei é de um ano

Projeto de Crivella que limita uso de cassetete está na CCJ

A substituição de cassetetes de madeira pelos elétricos ou de borracha é o objetivo de projeto (PLS 256/05) do senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) que espera votação na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

A proposta também determina que policiais só poderão usar o equipamento em serviço e que as lesões corporais graves em decorrência da uso do cassetete sejam registradas. Caso haja abuso, a responsabilidade penal deve ser apurada pelo Ministério Público. O projeto limita ainda o uso de espadas ou lanças em solenidades.

De acordo com Crivella, em 2005, a polícia reprimiu manifestação de trabalhadores sem terra com cassetetes de madeira e até espadas em frente ao Congresso Nacional, “um verdadeiro ato de violência” e abuso de poder.

Cristovam sugere a criação de agência para paz nas escolas

Projeto que autoriza o Executivo a criar a Agência Nacional para a Coordenação da Segurança Escolar deve ser votado na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) nesta terça-feira. Segundo a proposta (PLS 191/08) do senador Cristovam Buarque (PDT-DF), a agência funcionaria no âmbito do Ministério da Educação.

Valter Pereira (PMDB-MS), relator do projeto, acatou a ideia, oferecendo emendas ao texto original.

Outro item da pauta da CE é o PLS 70/08, de Marisa Serrano (PSDB-MS), que autoriza o governo a instituir a realização de exames anuais de saúde – bucais, nutricionais, de visão e audição, entre outros – nos estudantes dos ensinos fundamental e médio. Além disso, a proposta prevê a realização, no início de agosto de todo ano, da Semana Nacional da Saúde na Escola.

ambiente legal

Três comissões discutem produtos transgênicos e uso de agrotóxicos

O controle sobre produtos agrícolas geneticamente modificados, em especial o milho, e o uso e a rastreabilidade de agrotóxicos serão debatidos nas comissões de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), de Meio Ambiente (CMA) e de Ciência e Tecnologia (CCT). Dificuldades de controle da primeira safra de milho transgênico autorizada pelo governo motivaram o debate.

Teor calórico de refrigerantes

Refrigerantes e similares deverão informar no rótulo seu teor calórico e trazer advertências sobre os males que podem causar à saúde se consumidos em excesso. É o que determina proposta do senador Jayme Campos (DEM-MT) em exame na CMA.

CARROS ELÉTRICOS

Veículos que utilizarem eletricidade, que os torne menos poluentes, poderão ficar isentos do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) por dez anos. Projeto com esse objetivo será votado na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). A proposta (PLS 44/09), do senador Flávio Arns (PT-PR), inclui veículos elétricos.

Projetos na área de saneamento básico

Entre os projetos na pauta da Comissão de Infraestrutura (CI) estão o que obriga a União a estimular o uso de equipamentos e métodos para economizar água, e o que prevê a inclusão, nos planos de saneamento básico, de medidas para reduzir a velocidade de escoamento de águas pluviais, em áreas urbanas com alta impermeabilização do solo.

Padrões ambientais para computadores

A CMA deve examinar proposta do senador João Tenório (PSDB-AL) que estabelece requisitos ambientais e de eficiência energética para computadores e produtos de informática vendidos no Brasil. Pelo projeto (PLS 173/09), substâncias tóxicas devem ser diminuídas ou banidas em até dois anos.

MENSAGENS ELETRÔNICAS

A CCJ pode votar uma alteração no Código de Processo Civil (CPC) para que mensagens eletrônicas possam ser usadas como prova documental. O projeto (PLC 170/08), que tem o apoio do relator, senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), presume a veracidade do conteúdo das mensagens, desde que certificada digitalmente. Segundo o relator, a medida permite, paralelamente, a impugnação da autoria e do teor da mensagem eletrônica sob alegação de falsidade, desde que devidamente demonstrada. – O projeto torna o processo civil mais confiável e célere – observou Eduardo Azeredo.

INFORMAÇÕES SIGILOSAS

Proposta que cria o Acordo de Proteção de Informações Sigilosas – tipo de contrato entre empregado e empregador, para proteger segredo comercial ou informações confidenciais que pertençam ao empregador – deve ser votado pela CCJ. O relator, Valter Pereira (PMDB-MS), é favorável. Segredo comercial é toda informação que não seja pública, possua valor econômico, ainda que potencial, e cujo conhecimento, pelo empregado, venha por meio do trabalho. O acordo pode prever a compensação financeira do empregador e a proibição de contratação do empregado por empresa concorrente, por até dois anos.

Justiça

Novo Código de Processo Penal deve agilizar trâmites e garantir direitos

Os debates em torno do projeto do novo Código de Processo Penal promovidos pela comissão especial do Senado que analisa a proposta têm trazido à tona não só o apoio unânime à iniciativa de elaborar uma nova legislação penal – já que a atual, o Decreto-Lei 3.689, vigora no país desde

1941 –, mas também profundas divergências entre as instituições responsáveis pela condução da ação penal. Com 682 artigos, o texto apresentado pela comissão de juristas constituída em 2008 inova ao criar a figura do juiz das garantias, responsável por zelar pelos direitos do cidadão durante a

investigação policial; ao estabelecer uma série de direitos ao acusado e à vítima, hoje inexistentes; ao rever o sistema de recursos da ação penal e o funcionamento do tribunal do júri; e ao propor novas medidas cautelares em substituição à prisão preventiva, além de muitas outras mudanças.

Para relator, importante é coibir efetivamente a impunidade

Relator do projeto de novo Código de Processo Penal (PLS 156/09), Renato Casagrande (PSB-ES) considera que, vencido o primeiro e maior desafio, o de elaborar o anteprojeto, o momento é de debater e aperfeiçoar.

– O código atual está ultrapassado, difícil de reformular. O

trabalho da comissão de juristas está excelente. É claro que há divergências, pressões legítimas dos membros das instituições que conduzem o processo penal, mas a ideia é fazer um código viável, que efetivamente coíba a impunidade, sem deixar de garantir ao cidadão os seus direitos constitucionais – disse o senador.

Segundo Casagrande, a comissão deve ainda fazer uma análise mais cuidadosa sobre pontos específicos do projeto: o processo de produção de provas, a viabilização da implantação do juiz de garantias nas comarcas com um só magistrado e as possibilidades de aplicação da prisão preventiva.

O senador espera concluir seu relatório em setembro, aprová-lo até outubro e votá-lo em Plenário ainda em 2009.



Casagrande: ainda há pontos a serem analisados, mas trabalho está excelente



Julgamento no Paraná: entre as mudanças propostas está o aumento do número de membros do tribunal do júri para oito

Divergências são muitas, mas todos concordam que é preciso elaborar nova legislação

Concluído o trabalho da comissão de juristas, que resultou no anteprojeto do novo CPP, as instituições que congregam os responsáveis pela condução do processo penal – como juízes, procuradores, delegados e defensores públicos – estão finalizando suas propostas de sugestões à comissão especial. Alguns dos representantes dessas entidades, ouvidos em audiência pública em 4 de junho, adiantaram ao *Jornal do Senado* quais são as principais críticas que poderão resultar em pedidos de mudanças no PLS 156/09.

policial superior, providências para que sejam encontradas provas a seu favor pode ser usada para atrasar a investigação, e o crime poderia até prescrever ainda na fase do inquérito.

Segundo os policiais, alguns dos direitos garantidos ao investigado atrapalhariam muito a descoberta da verdade sobre o crime. Além disso, a atribuição ao MP da prerrogativa de decidir pelo arquivamento do inquérito restringiria a duas instâncias (MP e polícia) a decisão, prejudicando o cidadão.

Luiz Carlos Nóbrega Nelson, da Associação dos Delegados da Polícia Federal

Para a OAB, as possibilidades de se entrar com recurso de *habeas corpus* foram muito restritas pelo projeto. Além disso, segundo Badaró, o projeto se estende muito sobre o ressarcimento dos danos que o réu sofreu em razão da prática do crime, tirando o foco do processo criminal em si, o que prejudica a defesa do réu e tende a retardar o fim do processo. Isso abre inclusive a possibilidade de haver recurso cível em um processo criminal (se o réu

entender insuficiente a indenização determinada pelo juiz na sentença criminal, por exemplo).

Esdras Santos Carvalho, da Associação Nacional dos Defensores Públicos da União

Segundo Esdras, pela proposta, nos casos em que o réu sofre danos em função do descumprimento das regras do processo penal pelas autoridades, ele é quem tem que provar que sofreu prejuízos.

Outra questão é a dos defensores dativos. Para os defensores públicos, essa defesa deveria ser feita pelos membros da instituição, que são concursados, seja para garantir uma maior qualidade da defesa do réu, seja porque o Estado paga duplamente nesse caso – mantendo a defensoria pública e pagando ao advogado dativo.

Pedro de Araújo Yung-Tay Neto, da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB)

Na visão da AMB, a premissa que levou à criação da figura do juiz de garantias – de que a opinião do juiz fica contaminada

pelo contato com as informações do inquérito – está incorreta. Além disso, se uma pessoa for presa ilegalmente numa comarca que tenha um só juiz, ela terá que esperar presa até que um outro juiz, o de garantias, seja designado para soltá-la, exemplifica Yung-Tay.

Yung-Tay ressalva que a proposta amplia as possibilidades de recursos antes da sentença final e retira a oralidade dos atos (o código atual prevê que o juiz possa, oralmente, durante a audiência, determinar diligências e até dar sua sentença, sem o trâmite de documentos).

Para Yung-Tay, o afastamento do juiz da produção de provas é um equívoco. Segundo ele, o juiz precisa estar convencido e, para isso, deve ter a prerrogativa de solicitar outras diligências.

Marcelo Lemos Dornelles, do Conselho Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp)

Para o Conamp, a réplica nos recursos da defesa (art.510) cria mais um ato da defesa sobre o qual o MP deve se manifestar, desequilibrando e atrasando o processo. Outro problema, segundo Dornelles, é que a proposta não regulamenta a atuação do Ministério Público em segundo grau, e a possibilidade de o MP se manifestar sobre a decisão do Judiciário em favor do réu, sem recurso da defesa.

Figura do juiz de garantias é uma das inovações

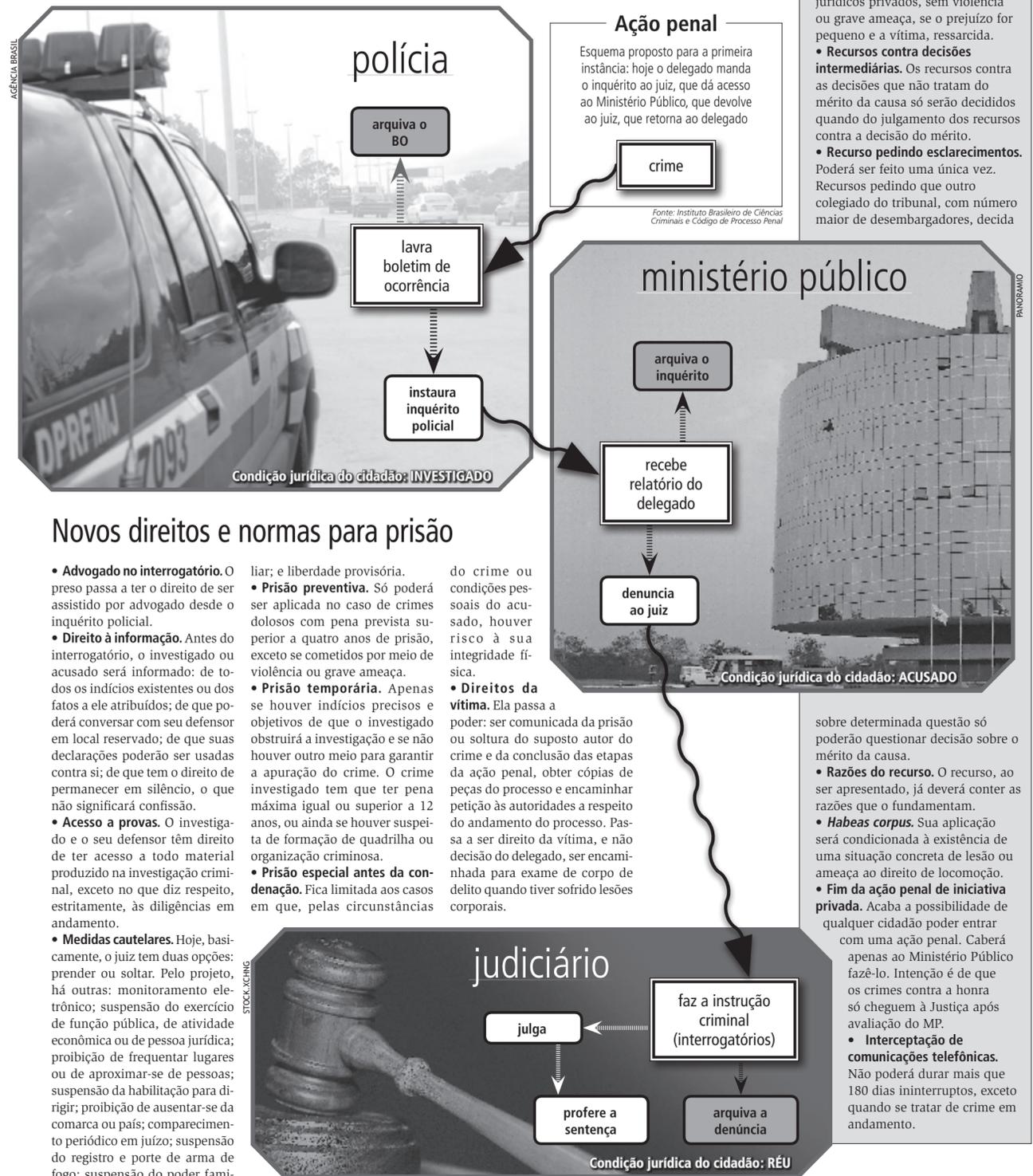
O PLS 156/09 faz uma maior separação entre os papéis dos agentes na ação penal do que o código vigente: à polícia cabe a investigação, ao Ministério Público (MP), a tarefa de acusar, e ao juiz, o julgamento (*veja infográfico*). As provas são produzidas pelas partes, mas o juiz pode esclarecer suas dúvidas sobre elas. Nas audiências, as perguntas às testemunhas são formuladas diretamente pelo MP e pela defesa, podendo o juiz questioná-las ao final sobre pontos eventualmente não esclarecidos.

• **Juiz de garantias.** Cabe a ele uma das principais novidades do projeto: controlar a legalidade da investigação criminal. É esse juiz quem deve decidir sobre os pe-

didos de quebra de sigilo fiscal, bancário e telefônico, de busca e apreensão domiciliar, de prisão provisória ou outra medida cautelar, além de receber comunicação imediata da prisão e cuidar para que os direitos do preso sejam respeitados. Dessa forma, o projeto estabelece que, para cada processo, deve haver dois juízes: o de garantias, que atua apenas na fase do inquérito, e o juiz do processo, que julga a ação e dá a sentença a ser aplicada ao réu. A ideia é que a fase de inquérito não contamine a opinião do juiz do processo, garantindo mais imparcialidade ao seu julgamento.

• **Rumo da investigação é dado pelo MP.** A triangulação entre polícia, Ministério

Público e juiz deixa de existir na fase de inquérito. Hoje, o inquérito é aberto pelo delegado, que o envia ao juiz criminal, que informa o MP. Depois de tomar conhecimento, o MP devolve o inquérito ao juiz, que o encaminha ao delegado. A mudança baseia-se na premissa de que cabe ao MP orientar o rumo da investigação policial de modo a embasar a acusação, pela qual é responsável, não sendo necessária a triangulação com o juiz. É o que ocorre, por exemplo, quando o MP considera que o inquérito não produziu provas suficientes para uma acusação, caso em que, pelo projeto, ele tem autonomia para arquivá-lo (hoje só o juiz pode mandar arquivar um inquérito).



Membros do júri poderão conversar entre si

- **Tribunal do júri.** O número de membros passa de sete para oito, evitando que um réu seja condenado pela diferença de apenas um voto. Em caso de empate, o réu será absolvido. Os jurados deverão reunir-se em sala especial a fim de deliberarem sobre a votação, mas o voto continua secreto. O projeto simplifica as perguntas feitas pelo juiz aos integrantes do júri.
- **Conciliação.** Põe fim à ação penal nos crimes de falência e contra bens jurídicos privados, sem violência ou grave ameaça, se o prejuízo for pequeno e a vítima, ressarcida.
- **Recursos contra decisões intermediárias.** Os recursos contra as decisões que não tratam do mérito da causa só serão decididos quando do julgamento dos recursos contra a decisão do mérito.
- **Recurso pedindo esclarecimentos.** Poderá ser feito uma única vez. Recursos pedindo que outro colegiado do tribunal, com número maior de desembargadores, decida

sobre determinada questão só poderão questionar decisão sobre o mérito da causa.

- **Razões do recurso.** O recurso, ao ser apresentado, já deverá conter as razões que o fundamentam.
- **Habeas corpus.** Sua aplicação será condicionada à existência de uma situação concreta de lesão ou ameaça ao direito de locomoção.
- **Fim da ação penal de iniciativa privada.** Acaba a possibilidade de qualquer cidadão poder entrar com uma ação penal. Caberá apenas ao Ministério Público fazê-lo. Intenção é de que os crimes contra a honra só cheguem à Justiça após avaliação do MP.

• **Intercaptação de comunicações telefônicas.** Não poderá durar mais que 180 dias ininterruptos, exceto quando se tratar de crime em andamento.

segurança

Congresso avalia plano para defesa nacional

Governo encaminha este mês ao Legislativo pacote de medidas estratégicas para reorganizar as Forças Armadas, incentivar a indústria bélica e ampliar a presença militar em áreas como a Amazônia

Chega ao Congresso Nacional neste mês um pacote de medidas legislativas enviadas pelo governo federal para que o país possa concretizar a chamada Estratégia Nacional de Defesa, um plano lançado em dezembro de 2008 que enumera ações estratégicas de médio e longo prazo (para durar 50 anos) em três eixos: reorganização das Forças Armadas, reestruturação da indústria brasileira de material de defesa (inclusive para a exportação) e fortalecimento e ampliação do serviço militar.

O plano delimitou três setores estratégicos para a defesa nacional: o espacial, o nuclear e o cibernético. O desenvolvimento e o lançamento de satélites, a construção do submarino nuclear brasileiro, o incremento radical da presença militar na Amazônia e a fabricação de equipamentos como radares, veículos aéreos não tripulados, aviões, helicóp-

teros, blindados, munições e armas inteligentes são algumas das premissas dessa estratégia (confira no quadro).

Boa parte dos programas, porém, depende de novas leis que incentivem e protejam a produção nacional em setores estratégicos. Serão propostas mudanças na legislação que rege as compras para a defesa, criando-se regime jurídico e tributário especial (incluindo dispensa de licitação) para as empresas do setor, e proteção contra cortes ou bloqueios orçamentários – para garantir a continuidade das compras. Em contrapartida, o governo federal criaria medidas regulatórias para assegurar poderes especiais sobre as empresas.

Por isso, o ministro da Defesa, Nelson Jobim, passou as últimas semanas negociando a aprovação do pacote de projetos. Além dos incentivos financeiros, uma das iniciativas legislativas deverá ser

a mudança na Lei Complementar 97/99, que dispõe sobre as normas gerais para o Ministério da Defesa, inclusive o emprego das Forças Armadas como polícia na região de fronteira, atribuição hoje permitida apenas ao Exército.

Jobim já se reuniu com lideranças da Frente Parlamentar da Defesa Nacional (formada por 200 deputados e senadores) para definir a melhor forma de encaminhar as medidas (leia o quadro), já que a ideia é iniciar a discussão logo na retomada dos trabalhos legislativos. O governo espera usar a força de sua maioria parlamentar para ver aprovadas as medidas ainda este ano, evitando a contaminação do assunto pela campanha eleitoral de 2010.

Em palestra para dezenas de oficiais da reserva no Clube Militar, no Rio de Janeiro, Jobim lembrou que a Estratégia Nacional de

Defesa não pode ter seus objetivos e sua eficácia associados às restrições orçamentárias atuais, que “são momentâneas, para um ou dois anos”. A defesa foi uma das áreas que mais sofreu com os cortes de recursos promovidos pelo governo este ano, por causa da crise financeira internacional (veja pág. 7). O setor, inclusive, segue com um dos mais baixos índices mundiais de investimento em relação ao produto interno bruto (PIB), com menos de 0,2% (veja gráfico).

Para saber mais

https://www.defesa.gov.br/eventos_temporarios/2009/estrategia/

Baixe a íntegra do plano em: https://www.defesa.gov.br/eventos_temporarios/2009/estrategia/arquivos/estrategia_defesa_nacional_portugues.pdf

Estratégia Nacional de Defesa

o que é

A Estratégia Nacional de Defesa, lançada a partir do Decreto 6.703/08, foi concebida em torno de três eixos: reorganização das Forças Armadas, reorganização da indústria nacional de material de defesa e fortalecimento e ampliação do serviço militar.

Resultado do trabalho de 15 meses do comitê interministerial, o plano foi aprovado pelo Conselho Nacional de Defesa, que tem à frente o presidente da República e do qual fazem parte também os presidentes do Senado e da Câmara dos Deputados.

Até 2030, somente para atendimento dos programas defendidos pelo Exército (“Estratégia Braço Forte”), a necessidade total de recursos atinge R\$ 149 bilhões.

principais pontos do plano



Indústria bélica

Mudanças na legislação que rege as compras para a defesa, criando-se regime jurídico e tributário especial (incluindo dispensa de licitação) para as empresas do setor, além de proteção contra cortes ou contingenciamentos orçamentários. Em contrapartida, o governo federal criaria medidas regulatórias para assegurar poderes especiais sobre as empresas. Incentivo às exportações de materiais de defesa. Financiamento de projetos de desenvolvimento e fabricação de equipamentos como radares, aviões, submarinos (inclusive nucleares), helicópteros, veículos blindados, munições e armas inteligentes. Prioridade para a criação do veículo lançador de satélites e para a fabricação de satélites.



Amazônia

Reforço absoluto da presença militar na Amazônia, por terra, água e ar (veja infográfico).



Articulação

Criação do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, chefiado por militar e subordinado ao ministro da Defesa.



Energia nuclear

País deverá manter a linha de uso da tecnologia apenas para fins pacíficos, mas o plano veta adesão a novos tratados de não proliferação de armas nucleares caso as “potências nucleares” não avancem “no seu próprio desarmamento”.



Serviço militar

Forças Armadas passarão a selecionar os chamados conscritos levando em conta critérios como vigor físico e capacidade intelectual. Todas as classes sociais deverão estar representadas. Criação de um serviço civil, a ser prestado por aqueles dispensados por excesso de contingente, preferencialmente em região do país diferente da que residem. Participantes receberão treinamento militar básico e integrarão força de reserva.



Carreira e salários

Atualização e melhoria dos vencimentos dos militares. Maior participação de civis em cargos de chefia do Ministério da Defesa e revogação de leis que vetem essa participação.

País investe menos de 0,2% do PIB na defesa

As aparências enganam até instituições especializadas. O Centro de Estudos Nueva Mayoria, de Buenos Aires, publicou o *Balanço militar da América do Sul 2008*, atribuindo ao Brasil o 12º lugar entre os países que mais investem em defesa. Porém, a entidade argentina considerou para os cálculos o orçamento total do setor, que inclui despesas com custeio (folha de pagamentos, inativos, pensões e benefícios). A realidade é bem diferente. A execução do Orçamento da União nos últimos anos mostra expressiva redução dos gastos com o Ministério da Defesa. As despesas globais, com valor médio de R\$ 42,8 bilhões no final da gestão de Fernando Henrique Cardoso, caíram para a média de R\$ 33,4 bilhões no governo Lula.

A participação de investimentos no orçamento de defesa do Brasil decresceu nos últimos anos para menos de

impressionantes 0,2% do PIB e manteve-se assim, estando entre os menores do mundo. Já em 2007, considerando-se custeio e investimentos, atinge-se o valor de R\$ 5,3 bilhões. Isso equivale a 0,2% do PIB de 2006 – diz o coronel do Exército Marco César de Moraes, doutor em Ciências Militares pela Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (Eceme).

Um bom exemplo é deste ano. A dotação para o ministério (antes dos cortes causados pela crise mundial e a queda da receita) era de R\$ 51,3 bilhões, dos quais apenas R\$ 4,1 bilhões para investimentos.

– Quanto o país deveria pa-

gar hoje para se proteger contra perigos desconhecidos no futuro? – questiona o coronel. Para contornar a crônica falta de recursos, ele sugere que o setor passe a buscar outras fontes de receita, como financiamentos, convênios e parcerias com o setor privado.

Outro possível provedor futuro de recursos pode ser a cobrança de impostos ou a participação nos royalties sobre explorações em áreas estratégicas que exigem proteção por parte das Forças Armadas: importações por via marítima, exploração das jazidas de petróleo, gás e minérios, e faturamento das geradoras de energia elétrica.

Orçamento de defesa

(em R\$ bilhões)

| Ano | 2001 | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 |
|---------------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|------|------|------|
| Despesas | 42,53 | 43,17 | 31,43 | 31,33 | 33,65 | 37,25 | 39,6 | 42,0 | 51,3 |
| Investimentos | 2,87 | 3,24 | 1,21 | 1,48 | 1,73 | 2,28 | 3,8 | 4,1 | — |

Fonte: Site Contas Abertas, com base em dados do Sialf

Setor sofreu com cortes nos investimentos

A defesa foi uma das áreas mais afetadas pela forte queda de arrecadação nos primeiros meses em 2009: os R\$ 11,2 bilhões previstos foram reduzidos para R\$ 8,5 bilhões, ou 14,26% dos cortes nos investimentos federais.

“Vamos preservar programas básicos”, disse o ministro da Defesa, Nelson Jobim, listando os que devem ser poupados dos

cortes: compras de helicópteros e submarinos franceses (por acordos internacionais). Projeto Aramar (construção do primeiro submarino nuclear com tecnologia nacional) e o programa Amazônia Protegida.

Segundo a assessoria do ministério, esses projetos (assim como o da compra de caças FX-2) são anteriores à Estratégia Nacional de Defesa.

“Os desembolsos gerados por esses projetos em 2010 ainda serão dimensionados, a depender das negociações sobre condições de financiamento”, informou o ministério. Por isso mesmo, conforme a assessoria, ainda não foram fechados os números para o Orçamento de 2010, que o governo tem até o dia 31 de agosto para enviar ao Congresso.

como seria o pacote

Para colocar em prática a Estratégia Nacional de Defesa, o governo vai enviar ao Congresso propostas para:

- Mudar a **Lei das Licitações** (8.666/1993), criando regime jurídico e tributário especial, inclusive dispensa de concorrência, se for o caso, para as empresas do setor.
- Criar mecanismos que assegurem a **continuidade das compras** para o setor de defesa, que as protejam dos contingenciamentos ou cortes orçamentários.
- Alocar de forma continuada **recursos financeiros específicos** para a defesa, “carimbando” receitas provenientes de taxas e serviços, como a proteção de plataformas de petróleo.
- Dar uma nova estrutura ao **Ministério da Defesa**, com a criação de órgão centralizador para aquisição de equipamentos e armas para os quartéis.
- Criar um **Estado-Maior** conjunto da Marinha, Exército e Aeronáutica, subordinado ao Ministério da Defesa.
- Implantar quadro específico de **especialistas civis** de defesa, em complementação às atuais carreiras existentes.
- Elaborar **regime jurídico especial** para emprego das Forças Armadas em ações de segurança interna (como a ocupação de favelas para o combate ao narcotráfico, por exemplo), evitando que militares envolvidos possam ser alvo de processos judiciais.

Ênfase amazônica

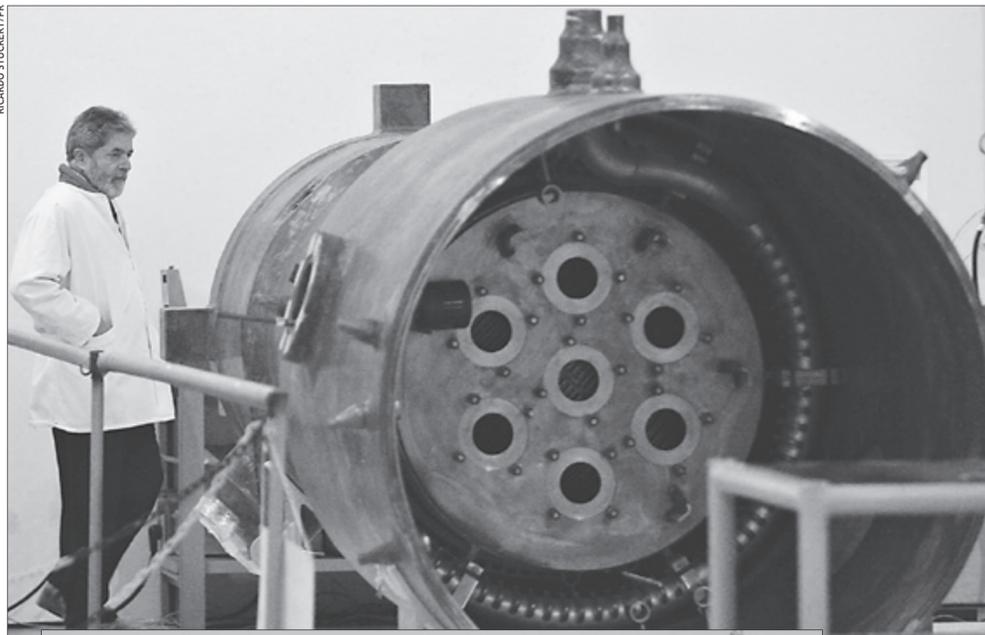
Onde estão os militares

| | |
|-------------------------------------------|-------------------------------------------------------|
| Exército | Aeronáutica |
| 124 operações militares em 58 localidades | 2 comandos |
| Marinha | 7 bases |
| 2 distritos navais | 4 unidades |
| 11 capitânias/delegacias navais | 10 pontos de defesa aérea e controle de tráfego aéreo |

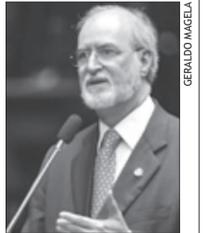
Fonte: Palestra do ministro da Defesa à Comissão de Relações Exteriores do Senado

Melhor defesa das fronteiras

O Plano Amazônia Protegida pretende fortalecer as fronteiras na região. Veja algumas das medidas previstas entre 2010 e 2018



Presidente Lula (acima) visita o Laboratório de Geração Núcleo-Elétrica, no Centro Experimental de Aramar (foto ao lado). Inaugurado em 1986, projeto constrói, com tecnologia nacional, o primeiro submarino nuclear brasileiro



Bloqueio na liberação de recursos não pode impedir modernização, diz Azeredo

Senadores apoiam estratégia

A proposta do governo para a defesa nacional recebeu apoio dos congressistas. Criada em novembro passado, a Frente Parlamentar da Defesa Nacional promete ajudar na articulação política para aprovar rapidamente os projetos necessários à implantação do plano. Segundo o senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), uma das metas cruciais do plano é a modernização das Forças Armadas.

– Para garantir o seu sucesso, é preciso assegurar que o orçamento do setor não seja contingenciado. Assim, permite-se que a Estratégia Nacional de Defesa torne-se uma política de Estado, e não apenas uma política de governo – disse Azeredo. Para o senador João Pedro (PT-AM), “a presença do Exército na região amazônica é essencial para garantir a soberania do país”. Augusto Botelho (PT-RR) considera que o plano “se destina, também, a favorecer empresas brasileiras e consórcios com parceiros estrangeiros dispostos a transferir tecnologia”.

Integrante da frente, o deputado José Genoíno (PT-SP) avalia que o plano vincula a defesa ao desenvolvimento econômico e reduz vulnerabilidades do país em negociações externas. – O acesso a tecnologia nas áreas cibernética, nuclear e aeroespacial é fundamental, porque isso dá condições a um país como o Brasil, que não tem um inimigo nas suas fronteiras e que não tem um contencioso do ponto de vista militar, projetar a defesa como se fosse um seguro.

institucional

Conselho de Ética examina 11 pedidos de investigação

Na primeira reunião deste ano, colegiado deve definir o que será feito das cinco representações e seis denúncias contra o presidente do Senado

O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar deve se reunir nesta terça-feira para dar início ao exame de 11 pedidos de investigação contra o presidente do Senado, José Sarney. São cinco representações e seis denúncias, apresentadas com base em matérias publicadas pela imprensa.

Um dos pedidos de investigação baseia-se em diálogos, publicados pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, que apontariam o envolvimento de Sarney com o ex-diretor-geral Agaciel Maia na nomeação, por ato secreto, de Henrique Dias Bernardes, namorado da neta de Sarney.

O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), protocolou no Conselho de Ética denúncia contra Sarney por entender que “não restam dúvidas sobre a participação do presidente do Senado na publicação intencional de atos secretos, em conluio com o ex-diretor-geral, o sr. Agaciel”.

Já o líder do Bloco de Apoio ao Governo, Aloizio Mercadante (PT-SP), considera que há “indícios concretos” da associação do presidente do Senado aos atos secretos. Em nota divulgada durante o recesso em nome da bancada, Mercadante considerou a denúncia “grave” e reafirmou “que o melhor caminho seria que Sarney pedisse licença da Presidência da Casa”.

Pedro Simon (PMDB-RS) e Cristovam Buarque (PDT-DF), que solicitaram a antecipação da reunião do Conselho de Ética marcada para esta terça, querem

a renúncia do senador.

– Em primeiro lugar, é preciso entender que, se o Sarney renunciar, isso não vai ser um gesto de confissão – ressaltou Simon.

De acordo com os senadores, a saída de Sarney da Presidência seria o primeiro passo para uma reforma estrutural e profunda na Casa.

Cristovam anunciou que vai requerer esta semana a realização de um plebiscito entre os senadores, com voto aberto, para verificar quantos apoiam a permanência de Sarney no comando da Casa. Na avaliação de Cristovam, o presidente do Conselho de Ética, Paulo Duque (PMDB-RJ), não pode mais ignorar as denúncias e deve levar o assunto à discussão no conselho.

– Ele não tem o direito legítimo, diante da opinião pública, de arquivar processos contra Sarney. Seria uma bofetada na cara do povo – disse Cristovam, que ainda sugeriu alteração no Regimento do Senado para permitir, em caso de irregularidade, a retirada do parlamentar que esteja na Presidência da Casa.

O líder do PSOL, José Nery (PA), defendeu a cassação do mandato do presidente do Senado, por quebra de decoro. Para ele, as denúncias contra José Sarney “são tão graves” que não há outro caminho para o Conselho de Ética.

O líder do PRB, Marcelo Crivella (RJ), afirmou que governistas e oposicionistas devem buscar um acordo para superar a crise.

a área foi vendida à Divitex, empresa da qual o presidente da Casa seria sócio.

Na segunda denúncia, Virgílio e Cristovam tomam por base reportagem do *Correio Braziliense* segundo a qual o agente da Polícia Federal Aluizio Guimarães Filho cedido pelo Palácio do Planalto a Sarney na cota de funcionários de ex-presidentes, transmitia informações privilegiadas sobre investigações da PF a Fernando Sarney, filho do senador.



Sérgio Guerra e Alvaro Dias (de pé, à esq.): denúncias contra posição de Sarney sobre sua fundação, atos secretos e favorecimento a empresa de neto

PSDB faz três representações contra presidente no Conselho de Ética

Para os senadores do PSDB, não há dúvida de que José Sarney está envolvido em atos incompatíveis com a conduta parlamentar. A avaliação está expressa nas três representações que Sérgio Guerra (PE) e Alvaro Dias (PR) apresentaram ao Conselho de Ética.

Uma delas trata da participação do presidente da Casa no suposto desvio de recursos públicos da Fundação José Sarney, que seria dirigida pelo próprio senador. O PSDB afirma que Sarney faltou com a verdade quando assegurou que era “presidente de honra da fundação que leva seu nome”, mas que “não participa de sua administração, nem tem responsabilidade sobre ela”, já

que os estatutos da fundação apontam o parlamentar como presidente vitalício da entidade e responsável por sua administração e finanças.

Em outra representação, o PSDB aponta o envolvimento de Sarney nos atos secretos: “Nada menos de 18 atos secretos, portanto ilegais, beneficiaram parentes ou adotaram medidas que, de alguma forma, favoreceram, direta ou indiretamente, o senador José Sarney”.

A terceira representação trata do suposto favorecimento ilegal da empresa de propriedade do neto de Sarney, José Adriano Sarney, na concessão de empréstimos consignados a servidores do Senado Federal.



Senador José Nery e a presidente do PSOL, Heloisa Helena, também pedem investigação sobre desvio de dinheiro público na Fundação José Sarney

PSOL acusa novamente José Sarney de quebra de decoro parlamentar

A presidente do PSOL, Heloisa Helena, fez a segunda representação do partido contra o presidente do Senado por quebra de decoro. Assim como o PSDB, o PSOL pede que seja investigado o suposto desvio de dinheiro público pela Fundação José Sarney e a declaração do senador de que “não teria nenhuma responsabilidade administrativa” pela instituição. O partido solicita ainda investigação sobre a casa onde Sarney mora em Brasília, avaliada em cerca de R\$ 4 milhões e não

declarada à Justiça Eleitoral.

Na primeira representação, feita em junho, o PSOL questionou o suposto envolvimento de Sarney com os atos secretos e com a atuação de seu neto, que teria se beneficiado em operações de crédito consignado a servidores da Casa.

– Hoje não são mais apenas indícios. Existem fatos que mostram claramente o tráfico de influência, a intermediação de interesse privado e exploração de prestígio – afirmou Heloisa Helena.

PROCESSO DISCIPLINAR CONTRA AGACIEL MAIA

O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), pediu a abertura de processo disciplinar contra o ex-diretor-geral Agaciel Maia, apontado como responsável pela nomeação para um cargo no Senado, por ato secreto, de Henrique Dias Bernardes, namorado da neta do senador José Sarney. A Presidência do Senado esclareceu que determinou, em 6 de julho, a abertura de processo disciplinar contra o ex-diretor-geral Agaciel Maia, o ex-diretor de Recursos Humanos João Carlos Zoghbi, além de outros cinco servidores, por suposto envolvimento com os chamados atos secretos.

Presidência anula atos secretos e instaura inquérito administrativo

O presidente do Senado, José Sarney, reagiu às denúncias da existência de atos secretos determinando a sua anulação. Inquérito para apuração de responsabilidades foi instaurado e servidores beneficiados pelos atos secretos deverão ser demitidos nos próximos dias.

Em um primeiro levantamento, foram identificados 663 atos secretos, mais tarde reduzidos para 511. Todos eles foram divulgados pelo Portal da Transparência (www.senado.gov.br/sf/portalttransparencia), onde passaram a ser divulgados todos os contratos, licitações, listas de pessoal e uso da verba indenizatória dos senadores. Sarney também mandou abrir processo disciplinar contra sete funcionários apontados pela comissão de sindicância.

Assessoria sustenta que servidora trabalha e não é “fantasma”

A Assessoria de Imprensa da Presidência do Senado divulgou nota para esclarecer a situação de Gabriela Aragão Guimarães Mendes, citada na matéria “Gabinete emprega filha de auxiliar como fantasma”, do jornal *O Estado de S. Paulo* de quarta-feira passada.

A nota explica que Gabriela, contratada em 16 de janeiro de 2007 para trabalhar no gabinete de José Sarney, foi cedida ao Conselho Editorial do Senado.

Ainda de acordo com a assessoria, a funcionária é assistente parlamentar, com salário bruto de R\$ 1.247,48, e trabalha de 7h às 13h, com assiduidade. A nota informa também que Gabriela faz estágio na Caixa Econômica Federal, em horário compatível com suas atividades no Senado.

PSDB reage à ameaça de representações feita pelo PMDB

O presidente do PSDB, Sérgio Guerra (PE), avisou que seu partido não aceita ameaças do PMDB, que estaria preparando representações contra os tucanos Arthur Virgílio (AM) e Tasso Jereissati (CE).

Segundo a imprensa, o PMDB vai pedir investigações sobre a contratação de um funcionário por Virgílio, filho de seu chefe de gabinete, que, recebendo pelo Senado, estudava no exterior. Em outra denúncia, Virgílio foi acusado de receber emprestados R\$ 10 mil do ex-diretor-geral do Senado Agaciel Maia.

Contra Jereissati, o PMDB traria de volta a notícia de que ele teria usado recursos de sua cota de passagens aéreas para fretar jatinhos.

Virgílio e Cristovam apresentam duas novas acusações ao conselho

Arthur Virgílio e Cristovam Buarque apresentaram ao Conselho de Ética duas novas denúncias contra José Sarney. A primeira refere-se a notícia divulgada na quarta-feira passada pela *Folha de S. Paulo* segundo a qual Sarney teria vendido por cerca de R\$ 3 milhões terras na divisa de Goiás com o Distrito Federal que nunca foram registradas em seu nome, para se livrar do pagamento de impostos. Conforme os senadores, o fato é ainda mais grave porque

institucional

FGV deve entregar proposta de reforma nesta semana

As mudanças administrativas sugeridas pela fundação e por comissão de funcionários reduzem o número de diretorias, extinguem chefias e descentralizam decisões

A Fundação Getúlio Vargas (FGV) deverá entregar esta semana sua proposta de reestruturação administrativa do Senado, solicitada pelo presidente da Casa, José Sarney. A reforma vem sendo estudada desde 18 de março.

Uma versão preliminar do estudo foi divulgada em 8 de julho, quando Sarney

e o 1º secretário do Senado, Heráclito Fortes (DEM-PI), repassaram ao coordenador da FGV, Bianor Cavalcanti, relatório de uma comissão de servidores que analisou cerca de 500 sugestões administrativas de funcionários da Casa.

Tanto a proposta inicial da fundação quanto a dos servidores sugerem cortes de diretorias, extinguem chefias, descen-

tralizam a administração e reformulam o organograma do Senado. Após a entrega do trabalho, os parlamentares terão 30 dias para opinar sobre as sugestões da FGV.

A reforma administrativa foi promovida por Sarney após denúncias de que havia excesso de diretorias na Casa e descontrole administrativo, inclusive no pagamento de horas extras.

CCJ decidirá sobre estagiários efetivados

Heráclito Fortes (DEM-PI), 1º secretário do Senado, informou que caberá à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) decidir se a efetivação de 82 estagiários da Gráfica do Senado, em 1992, foi legal ou não. A iniciativa (assinada quando o ex-diretor-geral Agaciel Maia era diretor da Gráfica) foi tomada quatro anos após a promulgação da Constituição, que passou a aceitar efetivação apenas por concurso público. Segundo o jornal *O Estado de S. Paulo*, os servidores foram estagiários por sete anos. Heráclito mencionou que a resolução foi polêmica mesmo na época. Dois senadores apresentaram pareceres divergentes sobre a efetivação, em épocas diferentes – José Paulo Bisol foi contra, já Maurício Corrêa, a favor. Conforme o jornal, o presidente do Senado naquele período – o hoje deputado federal Mauro Benevides (PMDB-CE) – teria assinado um ofício, enviado a Agaciel, autorizando a efetivação dos estagiários. – Se depois da CCJ este assunto voltar à Mesa, vou sugerir que o Plenário decida a situação dessas pessoas – disse Heráclito.

Arthur Virgílio (PSDB-AM), por meio de ofício, pediu à Presidência do Senado informações sobre as providências que foram ou serão tomadas em relação à efetivação dos estagiários sem concurso.

Investigação contra Agaciel é prorrogada

A prorrogação por mais 60 dias do inquérito policial aberto para investigar denúncia de Demostenes Torres (DEM-GO), de que o ex-diretor-geral Agaciel Maia teria lotado no gabinete do parlamentar, à revelia do senador, a funcionária Lia Monturil Vaz de Souza, deverá ser solicitada à Justiça federal. Foi o que informou o responsável pelo inquérito, Everaldo Bosco.

Com a prorrogação, será possível fazer exame grafotécnico da assinatura de Agaciel no ato administrativo secreto que nomeou a funcionária. Isso porque, durante depoimento à Polícia Legislativa, Agaciel disse ter dúvidas sobre se a assinatura era, de fato, sua. Também será tomado depoimento do ex-diretor de Recursos Humanos, João Carlos Zoghbi. Na última terça-feira, um dos seus filhos, João Carlos Zoghbi Júnior, depôs no inquérito. Até agora foram ouvidas 12 pessoas. Além de Zoghbi, outros funcionários do Senado também serão chamados a depor.



Heráclito (E) comenta relatório parcial de comissão coordenada pelo diretor-geral adjunto, Luciano Gomes (D): atos secretos agora são 544

Senador recomenda demissão de nomeados por atos secretos

O 1º secretário do Senado confirmou que a comissão criada para estudar a anulação de 663 “atos administrativos secretos” concluiu que 119 deles não eram de fato secretos, pois haviam sido publicados no *Diário do Congresso Nacional*. Dos 544 restantes, 218 se referem a nomeações de comissionados.

As informações de Heráclito estão no relatório parcial da comissão que analisa os efeitos dos 663 atos não publicados no Boletim Administrativo Eletrônico de Pessoal da Casa, durante a gestão do ex-diretor-geral Agaciel Maia.

Pelo menos 119 desses atos perderam o caráter “secreto”, já que foram encontrados no *Diário do Senado Federal* pelos servidores do Arquivo do Senado.

O levantamento, coordenado pelo diretor-geral adjunto, Luciano Gomes, que divulgou o relatório parcial, ainda não havia sido finalizado até o final do recesso parlamentar.

– No meu entender, esses atos [encontrados no *Diário*] são válidos e não estão abrangidos pela decisão de anulação do presidente Sarney – disse Gomes.

Heráclito recomenda que os servidores nomeados por atos secretos sejam demitidos. Mas observou que, se ficar comprovado que todos trabalharam e assinaram ponto, não há como pedir devolução do dinheiro recebido.

Os outros 326 casos serão examinados individualmente. Heráclito disse que a ordem de José Sarney de anular os atos está sendo cumprida, mas é preciso examinar cada caso.

Levantamento classifica decisões

Além das nomeações para cargos em comissão, o colegiado classificou da seguinte forma os demais atos:

- 82 atos de exoneração de cargos em comissão
- 7 de dispensa de funções comissionadas
- 39 de designação para funções comissionadas
- 116 de alterações de cargos em comissão
- 22 relativos a prorrogação do funcionamento de comissões
- 15 para instituição de comissões
- 72 de designação para comissões
- 13 de dispensa de comissões

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko
1º Secretário: Heráclito Fortes
2º Secretário: João Vicente Claudino
3º Secretário: Mão Santa
4ª Secretária: Patrícia Saboya
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral do Senado: Haroldo Tajra
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Ana Lucia Romero Novelli
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes
Chefia de Reportagem: Denise Costa e Moisés Oliveira
Edição: Valter Gonçalves Júnior e Raissa Abreu

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e da Secretaria Jornal do Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

EDIÇÃO SEMANAL

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão
Editor-chefe: Flávio Faria
Edição: Djalba Lima, Edson de Almeida, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Rafael Faria e Suely Bastos
Reportagem: Cíntia Sasse, Janaína Araújo, João Carlos Teixeira, Sylvio Guedes e Thâmara Brasil
Diagramação: Bruno Bazílio, Henrique Eduardo L. de Araújo, Iracema F. da Silva, Osmar Miranda e Sergio Luiz Gomes da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Fernanda Vidigal, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquêas D. de Moraes e Pedro Pincer
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Claudio Portella, Diego Jimenez e Oscar
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br
 Tel.: 61 3303-3333 e 0800 61-2211 - Fax: 61 3303-3137
 Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília/DF - CEP 70165-920

programação

Euclides da Cunha é tema de especial na Rádio Senado

O jornalista e escritor, consagrado pela obra-prima *Os sertões*, morreu há cem anos. O relato da campanha do governo central contra a rebelde Canudos de Antônio Conselheiro recebe abordagem multidisciplinar

No centenário da morte de Euclides da Cunha, a Rádio Senado apresenta programa com reportagem especial sobre a vida e a obra do escritor.

Seu livro mais conhecido – *Os sertões* – relata a Guerra de Canudos, que destruiu a cidade no interior da Bahia, governada pelo beato Antônio Conselheiro. Repórter do jornal *O Estado de S. Paulo*, Euclides acompanhou a quarta e última expedição do Exército Brasileiro enviada para combater Canudos. A princípio, o jornalista era favorável à destruição do foco rebelde. Com o tempo, passou a reconhecer qualidades nos sertanejos e a encarar a guerra como um crime, que denunciou em sua obra-prima.

O sucesso de *Os sertões*, publicado em 1902, rendeu a indicação de Euclides para a Academia Brasileira de Letras, onde tomou posse em setembro de 1903. Naquele ano, passou a interessar-se pelo conflito entre Brasil e Peru por conta da exploração da borracha na Amazônia. Escreveu muitos artigos sobre o assunto, até ser chamado para presidir a Comissão de Demarcação do Alto Purus, um rio no estado do Acre.

Euclides passou quase um ano na Amazônia, escrevendo vários artigos sobre a região, entre eles

os que denunciam a exploração dos seringueiros que viviam às margens do Purus. Esses textos estão reunidos no livro póstumo *À margem da história*.

Como a obra de Euclides é multidisciplinar, a Rádio Senado ouviu profissionais de várias áreas: literatura, sociologia, antropologia e história, entre outras. O resultado da pesquisa e das entrevistas estão na reportagem especial “Euclides da Cunha: o escritor que desvendou o Brasil”, que vai ao ar neste fim de semana.



REPRODUÇÃO



Euclides da Cunha publicou sua reportagem sobre a campanha de Canudos em 1902 e, logo depois, foi indicado para uma cadeira da Academia Brasileira de Letras, que ocupou de 1903 até o ano de sua morte, 1909

Reportagem Especial

Senado FM e Ondas Curtas
7/8, sexta-feira, às 18h (reprises: sábado, às 10h, e domingo, às 17h)
Internet: 7/8, sexta-feira

Excesso de cesarianas preocupa conselho

O Conselho Federal de Medicina (CFM), por meio da Comissão de Parto Normal, lançou um projeto com uma série de medidas destinadas a reverter o quadro preocupante do número excessivo de cesarianas no país, verificado especialmente nos hospitais particulares.

Por que o parto normal tem sido preterido pela cesariana? O que pode ser feito para reduzir o número exagerado de partos cesarianos na rede privada de hospitais?

José Maia Vinagre, coordenador da Comissão de Parto Normal, e Débora Meister, diretora da ONG Amigas do Parto, vão debater o assunto no programa *Conexão Senado* desta segunda-feira.

Conexão Senado

Senado FM e OC
3/8, segunda-feira, às 8h
Internet: 3/8, segunda-feira



SÁBADO

1h - TCU/Ponto a Ponto/Diplomacia
2h - Leituras
2h30 - Diplomacia e Inclusão
3h30 - Cidadania
4h - Alô Senado
4h15 - Argumento
4h30 - De Coração
5h - Conversa de Música
6h - Cidadania
6h30 - EcoSenado
6h45 - Argumento
7h - TV Brasil Internacional
8h - De Coração
8h30 - Cidadania
9h - Alô Senado
9h15 - EcoSenado
9h30 - Leituras
10h - Conversa de Música
11h - Parlamento Brasil
11h30 - Diplomacia e Inclusão
12h30 - Encontros
13h - TCU/Ponto a Ponto/Diplomacia
13h30 - Cidadania
14h - EcoSenado
14h15 - Alô Senado
14h30 - Espaço Cultural
15h30 - Tela Brasil/Salão Nobre
16h30 - Agenda Econômica
17h30 - Encontros
18h00 - Conversa de Música
19h00 - Cidadania
19h30 - Leituras
20h - Alô Senado
20h15 - EcoSenado
20h30 - Especial
21h - Parlamento Brasil
21h30 - Agenda Econômica
22h30 - Diplomacia e Inclusão
23h30 - De Coração
24h - Espaço Cultural

DOMINGO

1h - Cidadania
1h30 - TCU/Ponto a Ponto/Diplomacia
2h - Alô Senado
2h15 - EcoSenado
2h30 - Agenda Econômica
3h30 - Cidadania
4h - Leituras
4h30 - De Coração
5h - Conversa de Música
6h - Cidadania
6h30 - Alô Senado
6h45 - Argumento
7h - TV Brasil Internacional
7h30 - Cidadania
8h - Leituras
8h30 - De Coração
9h - Diplomacia e Inclusão
10h - Conversa de Música
11h - Alô Senado
11h15 - EcoSenado
11h30 - Agenda Econômica
12h30 - Encontros
13h - Parlamento Brasil
13h30 - Cidadania
14h - TCU/Ponto a Ponto/Diplomacia
14h30 - Espaço Cultural
15h30 - Especial
16h30 - Encontros
17h - Diplomacia e Inclusão
18h - Conversa de Música
19h - Cidadania
19h30 - Alô Senado
19h45 - EcoSenado
20h - Especial
20h30 - Leituras
21h - Tela Brasil/Salão Nobre
22h - Agenda Econômica
23h - Parlamento Brasil
23h30 - De Coração
24h - Conversa de Música



SÁBADO

6h - Matinas
7h - Música e informação
9h - Prosa e Verso
9h30 - Música e informação
10h - Reportagem Especial
10h30 - Música e informação
12h - Senado Resumo
12h30 - Música e informação
14h - Cine Musical
14h15 - Música e informação
15h - Autores e Livros
15h20 - Música e informação
18h - Improviso Jazz
19h - Música e informação
20h - Escala Brasileira
21h - Música e informação
22h - Cine Musical
22h15 - Música e informação
DOMINGO
6h - Matinas
7h - Música e informação
8h - Brasil Regional
9h - Autores e Livros (reprise)
9h20 - Música e informação
10h - Cine Musical
10h15 - Música e informação
16h - Prosa e Verso (reprise)
16h30 - Música e Informação
17h - Reportagem Especial
17h30 - Música e informação
20h - Jazz & Tal
21h - Música e informação

De segunda a sexta-feira, a programação da Rádio Senado e da TV Senado dedica-se prioritariamente à transmissão ao vivo das sessões realizadas no Plenário e nas comissões. Não havendo sessão, as emissoras transmitem reuniões de comissões que não puderam ser transmitidas

ao vivo, programas jornalísticos sobre as atividades dos senadores, reportagens especiais sobre temas em discussão na Casa e reprises de sessões. No caso da Rádio Senado, a programação inclui também seleções musicais.

Como sintonizar

TV A CABO: (55) e Manaus (57).

NET, Mais TV e Video Cabo
TV POR ASSINATURA: Sky (canal 118), Directv (217) e Teccat (17)

UHF: João Pessoa (canal 40), Fortaleza (43), Brasília (canais 36 e 51), Salvador (53), Recife

ANTENA PARABÓLICA

Sistema analógico:

Satélite: B1
Transponder: 11 A2
Polarização: horizontal
Frequência: 4.130 MHz

Sistema digital:

Satélite: B1
Transponder: 1 Banda Estendida
Polarização: vertical
Frequência: 3.644,4 MHz
Frequência (Banda - L): 1.505,75 MHz
Antena: 3,6 m

PID - Vídeo: 1110

Áudio: 1211

PCR: 1110

Receptor de Vídeo/Áudio

Digital NTSC MPEG-2 DVB

Symbol Rate: 3,2143Ms/s

FEC: 3/4

Como sintonizar

FM

Brasília (DF) e regiões vizinhas - 91,7 MHz
Natal (RN) - 106,9 MHz (caráter experimental)

ONDAS CURTAS

Frequência de 5.990 kHz, na faixa de 49 metros no Norte, Nordeste, Centro-Oeste e norte de MG

INTERNET

No endereço www.senado.gov.br/radio, por meio dos programas *Real Player* ou *Windows Media Player*

ANTENA PARABÓLICA

Satélite Brasilsat B1; receptor na frequência de 4.130 MHz; polarização horizontal; transponder: 11 A2

voz do leitor

Empréstimos externos

"É um absurdo que a dívida externa seja aumentada em razão de empréstimos tomados por estados e municípios junto ao Banco Mundial. Para que serve o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social (BNDES)?"

Sérgio Torres, de Petrópolis (RJ)

Emprego formal

"A informalidade é um problema que cresce a cada ano no Brasil e no mundo. Só no Brasil, mais de 40% da população vive de bicos, sem carteira assinada e sem contribuir para a Previdência. No futuro, essas pessoas terão grandes problemas para se aposentar. Precisamos reverter esse quadro, gerando mais oportunidades de trabalho em todos os setores."

Adriano Oliveira, de Caruaru (PE)

Doação de sangue

"Além de a população ser motivada a doar sangue, essa doação deveria ser lei no país."

Antonio Marques, de Cachoeiro de Itapemirim (ES)

Cartões de crédito

"Solicito esclarecimentos dos senadores quanto ao apoio às empresas administradoras de cartões de crédito, ao afirmarem que o PLS 213/07 é prejudicial ao povo brasileiro. A proposta permite que produtos e serviços possam ser pagos à vista por valor inferior ao cobrado para pagamento com cartão."

Valentim Antonio Santos Lima, de Serra (ES)

Pena de morte

"Sugiro que os senadores não criem um projeto de lei autorizando a pena de morte."

Marley José da Silva, de Morada Nova de Minas (MG)

Mau exemplo

"As crianças estão matando, roubando e praticando todos os tipos de delitos. Os Poderes Judiciário, Legislativo e Executivo dão maus exemplos para estas crianças."

Ronaldo Souza, de São Paulo (SP)

Anatel

"Senhores senadores, por que se manter um órgão como a Anatel, que sobrevive com os impostos dos cidadãos, mas nada faz em favor da sociedade? Não acham isso imoral?"

Sérgio Silveira, de Serra (ES)

Ficha suja

"É urgentíssimo e necessário institucionalizar julgamentos com independência, rápidos e de qualidade contra políticos brasileiros corruptos, pois a farra com o dinheiro público continua e virou direito adquirido. Pior, já se passaram décadas e décadas sem condenações ou sem confiscos necessários, pela conhecida morosidade da Justiça. Até quando? O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) dança a mesma música e sempre aceitou os candidatos com fichas sujas, com vasta lista de processos."

Antonio D'Agrella, de São Paulo (SP)

Diplomacia

"Gostaria de parabenizar os idealizadores do *Diplomacia* [da TV Senado] de julho pelo ótimo programa apresentado. Quanto à responsabilidade da República Islâmica do Irã, esta recai nos ombros de Ali Khamenei, líder supremo teocrático iraniano, que responde com seus bens e com sua vida pelas decisões que tome ou deixe de tomar. Essa é a grande diferença da democracia persa, em comparação com as permissivas e corruptas democracias burguesas ocidentais. Meditemos sobre isso."

Sérgio Barão, por e-mail

Sugestões, comentários e críticas podem ser enviados por carta (Praça dos Três Poderes, Senado Federal, edifício Anexo I, 20º andar, CEP 70165-920, Brasília-DF), e-mail (jornal@senado.gov.br) ou telefone (0800 61-2211).

frases



Estamos cumprindo o nosso dever e atendendo às cobranças da sociedade

Sérgio Guerra, ao entregar as representações do PSDB contra José Sarney

FOTOS: GERALDO MAGELA



Já elegemos a Mesa, que é responsável por tudo o que acontece na Casa. Não podemos tratar um diretor-geral como um ministro de tribunal superior

Demostenes Torres, posicionando-se contra a eleição do diretor-geral do Senado pelo Plenário.

Tal atitude configura, mais uma vez, a forma incestuosa com que o sr. José Sarney e seu grupo político-empresarial tratam a coisa pública

Arthur Virgílio e Cristovam Buarque, anunciando duas novas denúncias contra o presidente do Senado.

Ele não é um burocrata qualquer, pois administra mais recursos que 98% das prefeituras brasileiras. A responsabilidade política respinga em todos nós

Tasso Jereissati, discordando de Demostenes.

O melhor caminho seria que Sarney pedisse licença da Presidência da Casa

Aloizio Mercadante, em nota.

Fica evidenciada a intenção do sr. Agaciel Maia de patrocinar interesse privado perante a administração pública, usando uma nomeação feita por ato secreto

Arthur Virgílio, sobre nomeação do namorado da neta de Sarney.



Ora, parece-nos certo que, quem está proibido – por sentença judicial – de administrar seus bens, também não deve poder administrar a coisa pública. Logo, deverá ser impedido de se candidatar a cargo eletivo

Gilvam Borges, na justificativa do seu projeto que proíbe pessoas falidas de se candidatarem.

Vão ser de três a quatro representações

Wellington Salgado, sobre as denúncias de quebra de decoro que pretende fazer contra Arthur Virgílio



pergunte ao senador

"Sou deficiente visual, tenho uma carteira de passe livre e quero que os parlamentares criem um projeto de lei para termos direito a acompanhante porque a gente passa por muito constrangimento na hora em que é preciso viajar só."

Gilvam Santos, de Curitiba (PR)

Lei não garante passe para acompanhante de deficiente

O senador **Flávio Arns (PT-PR)** responde:

Prezado Gilvam, entendo perfeitamente seu constrangimento. Caso a pessoa com deficiência precise de acompanhante, a legislação prevê a reserva de vaga, mas o acompanhante deverá pagar sua passagem. No entanto, eu avalio que devemos aperfeiçoar a legislação referente ao assunto, para que as pessoas com deficiência que não tenham condições de viajar sozinhas e precisem fazê-lo por motivos relevantes, como razões de saúde, tenham assegurado o direito de ter acompanhante sem despesas.

J. FREITAS



Atividade de cuidador de idosos está em expansão

O envelhecimento da população, aliado à alta expectativa de vida, tem levado a uma expansão no país da atividade de cuidador de idosos, incluída na classificação brasileira de ocupações do Ministério do Trabalho. Apesar da possibilidade de contratação formal por famílias e asilos, os trabalhadores da área ainda não têm direitos específicos fixados, como piso salarial e jornada de trabalho. Outro desafio enfrentado pelos cuidadores é a incipiente capacitação disponível.

Dependência é fator determinante para acompanhamento

Embora as pessoas atualmente envelheçam cada vez mais com saúde e disponham de autonomia completa, boa parte dos idosos se torna dependente em razão das chamadas doenças da longevidade, como Alzheimer, problemas cardíacos e o mal de Parkinson, explica o geriatra e presidente da regional Minas Gerais da Associação Brasileira de Alzheimer (Abraz), Márcio Borges.

Ele acrescenta ainda os acidentes, como atropelamentos e quedas, a essa lista de dificuldades para a independência dos idosos. “Essas doenças e acidentes causam mais dependência e necessidades de assistência”, afirma.

Segundo o médico, há três tipos de cuidadores de idosos: os familiares, que deixam suas atividades de lado para cuidar dos pais ou mães; os profissionais, que geralmente são da área de saúde; e os leigos, que já possuem alguma experiência e fazem um curso de cuidador.

O Estatuto do Idoso menciona o cuidador de idosos ao determinar que “as instituições de saúde atendam aos critérios mínimos para o atendimento às necessidades do idoso, promovendo o treinamento e a capacitação dos profissionais, assim como orientação a cuidadores familiares e grupos de autoajuda”. Mas a atual configuração familiar, com um menor número de filhos – portanto, com disponibilidade reduzida para o cuidado dos mais velhos –, obriga a sociedade a buscar outras maneiras de garantir

assistência adequada a idosos dependentes. É nesse contexto que a atividade de cuidador ganha importância.

Direitos ainda não estão regulamentados por lei

O Ministério do Trabalho descreve a ocupação de cuidador de idosos como aquela em que, a partir de objetivos estabelecidos por instituições especializadas ou responsáveis diretos, o trabalhador zela pelo bem-estar, saúde, alimentação, higiene pessoal, educação, cultura, recreação e lazer da pessoa assistida.

Salientando que ainda não existe uma lei que regule a atividade, o *blog Cuidar de Idosos* orienta

Jornada de trabalho deve ser tratada com a família empregadora

sobre o trabalho diferenciado dos cuidadores, trazendo os seus direitos e deveres, como férias; contribuição à Previdência Social; 13º salário; recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). O *blog* também explica que a atividade é considerada um trabalho doméstico, mas é preciso registrar na carteira de trabalho o código da ocupação (5162-10) e sua função.

De acordo com o Ministério do Trabalho, o cuidador deve ter completado, no mínimo, a 4ª série do ensino fundamental, ser maior de 18 anos e saber ler e escrever. A jornada de trabalho deve ser tratada antes com a família empregadora, geralmente em turnos diários de oito horas, com folgas semanais, ou como em regime hospitalar, com turnos de 12 horas de trabalho e 36 de descanso.



Heliosa Faria e a enfermeira Delma Santos, sua cuidadora: Estatuto do Idoso determina capacitação profissional

Formação profissional ainda é incipiente

Em 2008, o Ministério da Saúde lançou o “Guia prático do cuidador”, uma publicação que orienta os profissionais na atenção à saúde não somente de idosos, mas de pessoas de qualquer idade acamadas ou com limitações físicas que necessitam de cuidados especiais.

O guia esclarece os pontos mais comuns do cuidado em domicílio, estimula o envolvimento da família, da equipe de saúde e da comunidade nos cuidados, além de promover uma melhor qualidade de vida do cuidador e da pessoa cuidada, ressaltando ainda que a orientação do profissional de saúde é indispensável.

O cuidado no domicílio visa proporcionar o convívio familiar e diminuir o tempo de internação hospitalar, reduzindo complicações decorrentes de longas internações. Algumas orientações do guia dizem respeito a grupos de cuidadores, serviços disponíveis e direitos do cuidador e da pessoa assistida, como tratar da higiene e de assa-

duras, alimentação saudável e por sonda, e denúncia em caso de maus-tratos.

Os órgãos de saúde pública não têm destaque na formação dos cuidadores, ficando essa tarefa nas mãos de entidades não governamentais, como a Abraz, a Associação Baiana de Parkinson e Alzheimer (Abapaz) e a Associação de Cuidadores de Idosos de Minas Gerais (ACI). Essas instituições promovem cursos para cuidadores e familiares, reuniões de grupos de autoajuda para a capacitação no trato com idosos dependentes, sobretudo os portadores de doenças e o Alzheimer e o Parkinson.

Segundo o presidente da ACI/MG, Jorge Roberto Souza Silva, o curso de cuidador de idosos da associação oferece qualificação básica com aulas práticas e teóricas ministradas por profissionais de

várias áreas. Com carga horária de 60 horas/aula, o curso proporciona noções de fisioterapia, nutrição, terapia ocupacional, psicologia do idoso, assistência social e enfermagem. A parte prática ocorre nos asilos, onde os alunos são acompanhados por profissionais e ajudam a trocar fralda geriátrica, dar banho, alimentar e acompanhar os idosos nas caminhadas.

Proposta de deputado regulamenta profissão

Projeto do deputado Otavio Leite (PSDB-RJ) regulamenta a profissão de cuidador de pessoas, delimita o âmbito de atuação e fixa remuneração mínima, entre outras medidas. A proposta (PL 2.880/08, na Câmara) está sendo analisada em conjunto com o PL 6.996/06, do deputado Inocêncio Oliveira (PR-PE), que cria a profissão de cuidador. Os projetos precisam passar ainda por três comissões da Câmara. Se aprovados, podem ser enviados diretamente para exame no Senado.

Saiba mais

Associação Baiana de Parkinson e Alzheimer

Rua Professor Francisco da Conceição Menezes, 3
Rio Vermelho – Salvador (BA)
Tel.: (71) 3347-0143
www.abapaz.org.br

Associação Brasileira de Alzheimer

Rua Frei Caneca, 915, cj. 3
São Paulo (SP) – CEP 01307-003
www.abraz.com.br

Associação dos Cuidadores de Idosos de Minas Gerais

Avenida dos Andradas, 302, sala 513
Belo Horizonte (MG) – CEP 30120-010
Tel.: (31) 3213-5446
www.aciminas.com.br

Guia Prático do Cuidador (para baixar da internet)

http://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_pratico_cuidador.pdf

Blog Cuidar de Idosos

www.cuidardeidosos.com.br